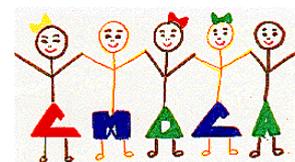


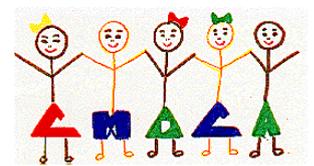
ATA DA REUNIÃO

EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SÃO VICENTE, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

Aos 13 dias do mês de dezembro, as 10 horas em primeira chamada e às 10:50 em segunda chamada, o Presidente **MARCOS VINICIUS BATISTA DE SOUZA**, abriu os trabalhos da reunião presencial extraordinária de dezembro do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, cuja pauta versa sobre a posse formal dos novos conselheiros de direitos eleitos pela sociedade civil e indicados pelo governo, para o biênio 2021/2023, com presença de conselheiros e autoridades conforme lista em anexo. O presidente inicia a sua fala chamando para compor a mesa o Representante do I. Prefeito Kayo Amado, o Sr. Renan Rocha Ribeiro, que parabenizou a todo, afirmando que a pauta da criança e do adolescente é um tema bastante sensível ao Prefeito, principalmente no que se refere a aprendizado. Chamou a mesa também a I. Vice-Presidente da Ordem do Advogados do Brasil – Subseção de São Vicente, Dra. Joseane Cristina Silva que com a palavra, parabenizou os Conselheiros Eleitos e colocou a OAB a disposição deste Conselho. O Presidente Marcos Vinicius falou da sua satisfação em dar continuidade aos trabalhos junto ao CMDCA que já vinham sendo feitos através da Associação Alfa e Ômega, participações em Conferências Municipais, Estaduais e Federais, entre outras importantes realizações. Ato continuo passou a fazer a chamada dos Conselheiros de Direitos indicados pelo Poder Público, juntamente com Sr. Renan – representando Sr. Prefeito Municipal Kayo Amado, estando presentes a saber: Vanessa Oliveira Sá, Regiane Vassão, Tadeu Martins de Azevedo, e Thelma Dias Arantes, em seguida passou a chamar os Conselheiros de Direitos eleitos pela Sociedade Civil, estando presentes a saber: Francisco Rodrigo de Moura (CAMPSV), Giovanni Henrique Silva Mendes batista (NUCA), João Carlos Guilhermino de Franca (INSTITUTO CAMARÁ CALUNGA), Valéria Regina de Souza Francisco e Marcos Vinicius Batista de Souza (ALFA E ÔMEGA), Debora Cristina Vaz Lopes (LAM), Kleber Dias Alves (ADESAF), Eduardo Kliman e



33 Yonne Souza Vaz (OABSV) Willians dos Santos Costa e Regina Ponte do Carmo
34 (ACSV) e ainda José Eduardo Gama Noronha e Tayná Alencar de Souza (CRP,
35 cujos nomes foram inseridos (E.T.), com autorização do Presidente, uma vez
36 que por um lapso, não constou da lista de presença, mas que estão igualmente
37 eleitos como os demais, após a posse formal, os Conselheiros empossados
38 foram aplaudidos pelos presentes. Em seguida o Presidente Marcos passou a
39 fazer a composição das Comissões Permanentes, obedecendo a paridade, a
40 saber: **COMISSÃO AVALIAÇÃO DE PROJETOS**, composta pelos conselheiros:
41 Kleber, Vanessa, Giovanny e Debora; **COMISSÃO DE FINANÇAS**, composta
42 por Mari, Thelma, Tadeu e Rodrigo; **COMISSÃO LEGISLAÇÃO**: Kleber, Thelma,
43 Yonne, Duílio (recomendação da plenária – a confirmar); **ANÁLISE DE**
44 **DOCUMENTOS**: Thelma, Tayná, Willians e Mari; **COMISSÃO DA**
45 **ARTICULAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS**: Vanessa, João, Regiane e Yonne.
46 Compostas as Comissões, foi aberta a reunião assuntos gerais, ocasião em que
47 João do Camará manifestou a importância da revisão das comissões, sua
48 nomenclatura e atribuições adequadas ao artigo 90 do ECA. Dada palavra a
49 Mari a mesma ratificou a fala de João, ficando acertado que para a próxima
50 reunião serão apresentadas propostas de renomeação das comissões,
51 readequações e criação de outras que se fizerem necessárias. Thelma evidencia
52 a necessidade de ter pessoas técnicas nas comissões, devendo em janeiro estas
53 comissões sejam reformuladas a vista da falta dos conselheiros do Poder
54 Público. Com relação a Comissão de Articulação de Políticas Públicas, segundo
55 o João é importante a participação da EDUCAÇÃO E SAÚDE, enquanto
56 governo. Regina do Carmo fala da importância da participação do LAM em uma
57 das comissões permanentes, o que foi imediatamente aceito pela Debora e
58 ingressou na Comissão de avaliação de projetos. João chama atenção mais uma
59 vez sobre a função das comissões e do conselho na propositura de resoluções
60 e normativas que devem ser acatadas e tem força de lei, ou seja, o Conselho de
61 Direitos da Criança e do Adolescente de um modo geral (e não apenas o
62 CONANDA) tem o poder-dever de deliberar políticas públicas em matéria de
63 infância e juventude, sendo que suas deliberações têm caráter "vinculante" em
64 relação ao Poder Público em sua respectiva esfera de governo (ou seja, uma



65 deliberação do CMDCA obriga o Município, do CEDCA obriga o Estado e do
66 CONANDA obriga a União), valendo lembrar que os Conselhos de Direitos são
67 órgãos "oficiais", previstos não apenas na lei, mas também na Constituição
68 Federal. Mari lembrou dos colaboradores, que mesmo não estando compondo o
69 CMDCA, ajudaram e muito nesta última gestão, através da criação de um grupo
70 de colaboradores, ainda que não houvesse previsão legal para tal, devendo ser
71 observado que este colaborador não pode estar vinculado a nenhum político, o
72 Presidente retoma a palavra para dizer mais uma vez da importância das
73 comissões serem preenchidas por conselheiros de direitos. Sobre a próxima
74 reunião de janeiro, a intenção é que seja presencial, recomendando que as
75 comissões devem se reunir com a maior brevidade possível para que se
76 conheçam e iniciem suas estratégias de trabalho. Assim, sem mais nada a ser
77 discutido, encerrou a reunião as 12:30. Sem mais, eu Yonne Souza Vaz,
78 secretariei e digitei a presente ata em 3 vias de igual teor.

79 Sem mais para acrescentar, eu Yonne Souza Vaz, secretariei e digitei a presente
80 ata em 3 vias de igual teor.

81 Yonne Souza Vaz

82 Secretária

83

84